



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



**RECOMENDAÇÃO Nº 003/2022 – UCCI**

Ao: Excelentíssimo Prefeito Municipal de Pancas  
**SENHOR SIDICLEI GILES DE ANDRADE**

C/c: Secretaria Municipal de Administração - Subsecretaria de Compras, Contratos e Licitações  
**SENHOR RODRIGO CORREIA BERNARDI**

**Assunto:** Processo 01405/2021-5 - Controle Externo - Fiscalização - Acompanhamento Relator: Domingos Augusto Taufner

**Referência:** Acórdão 00308/2022-7 – Plenário - Ofício TCE-ES 02638/2022-1

A UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, por seu Controlador Geral, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Complementar Municipal nº 008/2012, demais dispositivos legais e normativos, que confere a UCCI a função de desenvolver ação orientativa e preventiva no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e de probidade dos atos da administração, podendo para tanto, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos, e,

CONSIDERANDO os autos do Processo 01405/2021-5 que tratam de CONTROLE EXTERNO - FISCALIZAÇÃO na modalidade Acompanhamento, que teve por objetivo, FISCALIZAÇÃO-ACOMPANHAMENTO-LICITAÇÃO – EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – NECESSIDADE DE JUSTIFICATIVAS RECOMENDAÇÕES. Nos procedimentos licitatórios relativos às obras públicas e serviços de engenharia, as justificativas para as exigências de qualificação técnica, devem estar consignadas nos autos, com o propósito de aumentar a transparência nas informações das escolhas da Administração para fomentar a competitividade das licitações, demonstrando os critérios efetivos para a seleção de empresas capacitadas a atender as suas necessidades e reduzir os questionamentos referentes às licitações;



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



CONSIDERANDO a Decisão do TCEES, que através do Acórdão 00308/2022-7 prolatada no processo supra mencionado, que em seu subitem **1.1 RECOMENDA** ao Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo, a Prefeitura Municipal de Aracruz, Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Prefeitura Municipal de Cariacica, Prefeitura Municipal de Itapemirim, Prefeitura Municipal de Iúna, **Prefeitura Municipal de Pancas**, Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Saúde e ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

**1.1.1.** Que façam constar do autos dos processos de licitações as justificativas para as exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas e serviços de engenharia, indicando os itens das planilhas orçamentárias considerados para a fixação dos quantitativos exigidos e a motivação para a relevância técnica dos itens de serviços indicados, de forma a assegurar transparência ao processo de licitação, a competitividade do certame, a busca da proposta mais vantajosa, a seleção de licitantes capacitados e prevenir a interposição de impugnações administrativas e de representações a esse Tribunal;

Diante do acima exposto **RECOMENDAMOS:**

Que sejam adotadas as devidas providências, para que seja dado o fiel cumprimento do subitem 1.1 – 1.1.1 do Acórdão 00308/2022-7.

ADVERTIMOS ainda que tal RECOMENDAÇÃO seja repassada a Subsecretaria de Compras, Contratos e Licitações, sendo dada ciência a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento uma vez que o Setor faz parte desta pasta.

Assim sendo, salientamos que o teor deste documento afasta quaisquer alegações de desconhecimento quanto à providências solicitados por parte do TCE-ES. Segue cópia



**MUNICÍPIO DE PANCAS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Unidade Central de Controle Interno



Acórdão 01589/2019-8 e do Ofício TCE-ES 02638/2022-1 anexas. Nos colocamos a disposição para quaisquer informação complementares caso seja necessário.

É o que temos a orientar.

Pancas –ES em 08 de junho de 2022.

**NINA ALICE SILY COELHO**  
**Controladora Geral Interna**



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: CAE89-53766-87448



## Ofício 02638/2022-1

**Processo:** 01405/2021-5

**Classificação:** Controle Externo - Fiscalização - Acompanhamento

**Descrição complementar:** Sidiclei Giles Andrade - Prefeito de Pancas

**Criação:** 31/05/2022 15:19

**Origem:** SGS - Secretaria-Geral das Sessões

A Sua Excelência o Senhor

**Sidiclei Giles Andrade**

Prefeito de Pancas

Assunto: **Processo TC nº 1405/2021 – Acórdão TC-308/2022 – Plenário**

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao **Acórdão TC-308/2022 - Plenário**, prolatado no Processo TC nº 1405/2021, que trata de Fiscalização - Acompanhamento para coibir o desvio e desperdício de recursos públicos, bem como reduzir a ocorrência de eventuais cláusulas restritivas, falhas procedimentais e documentais do Estado e dos Municípios capixaba, fica Vossa Excelência **notificado** do **subitem 1.1** do mencionado Acórdão, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente,

**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**

Secretário Geral das Sessões

(Por delegação – Portaria N nº 021/2011)

Assinado por  
VANESSA DE OLIVEIRA  
RIBEIRO  
31/05/2022 16:02



## Acórdão 00308/2022-7 - Plenário

**Processo:** 01405/2021-5

**Classificação:** Controle Externo - Fiscalização - Acompanhamento

**UGs:** ES - Governo do Estado do Espírito Santo, PM - Prefeitura Municipal de Vila Valério, PMA - Prefeitura Municipal de Alegre, PMA - Prefeitura Municipal de Anchieta, PMA - Prefeitura Municipal de Apiacá, PMA - Prefeitura Municipal de Aracruz, PMAB - Prefeitura Municipal de Águia Branca, PMAC - Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, PMAC - Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, PMADN - Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte, PMARN - Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo, PMAV - Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua, PMB - Prefeitura Municipal de Brejetuba, PMBE - Prefeitura Municipal de Boa Esperança, PMBG - Prefeitura Municipal de Baixo Guandu, PMBJN - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte, PMBSF - Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, PMC - Prefeitura Municipal de Cariacica, PMC - Prefeitura Municipal de Castelo, PMC - Prefeitura Municipal de Colatina, PMCB - Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, PMCC - Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, PMCI - Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, PMDM - Prefeitura Municipal de Domingos Martins, PMDRP - Prefeitura Municipal de Dolores do Rio Preto, PMDSL - Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço, PME - Prefeitura Municipal de Ecoporanga, PMF - Prefeitura Municipal de Fundão, PMG - Prefeitura Municipal de Guaçuí, PMG - Prefeitura Municipal de Guarapari, PMGL - Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg, PMI - Prefeitura Municipal de Ibatiba, PMI - Prefeitura Municipal de Ibiracema, PMI - Prefeitura Municipal de Ibitirama, PMI - Prefeitura Municipal de Iconha, PMI - Prefeitura Municipal de Irupi, PMI - Prefeitura Municipal de Itaguaçu, PMI - Prefeitura Municipal de Itapemirim, PMI - Prefeitura Municipal de Itarana, PMI - Prefeitura Municipal de Iúna, PMJ - Prefeitura Municipal de Jaguaré, PMJM - Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro, PMJN - Prefeitura Municipal de João Neiva, PML - Prefeitura Municipal de Linhares, PMLT - Prefeitura Municipal de Laranja da Terra, PMM - Prefeitura Municipal de Mantenópolis, PMM - Prefeitura Municipal de Marataízes, PMM - Prefeitura Municipal de Marilândia, PMM - Prefeitura Municipal de Montanha, PMM - Prefeitura Municipal de Mucurici, PMM - Prefeitura Municipal de Muqui, PMMF - Prefeitura Municipal de Marechal Floriano, PMMF - Prefeitura Municipal de Muniz Freire, PMMS - Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, PMNV - Prefeitura Municipal de Nova Venécia, PMP - Prefeitura Municipal de Pinheiros, PMP - Prefeitura Municipal de Piúma, PMPANCAS - Prefeitura Municipal de Pancas, PMPB - Prefeitura Municipal de Ponto Belo, PMPC - Prefeitura Municipal de Pedro Canário, PMPK - Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, PMRB - Prefeitura Municipal de Rio Bananal, PMRNS - Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul, PMS - Prefeitura Municipal de Serra, PMS - Prefeitura Municipal de Sooretama, PMSDN - Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte, MSGP - Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, PMSJC - Prefeitura Municipal de São José do Calçado, PMSL - Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, PMSM - Prefeitura Municipal de São Mateus, PMSMJ - Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, PMSRC - Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã, PMST - Prefeitura Municipal de Santa Teresa, PMV - Prefeitura Municipal de Viana, PMV - Prefeitura Municipal de Vitória, PMVA - Prefeitura Municipal de Vargem Alta, PMVNI - Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, PMVP - Prefeitura Municipal de Vila Pavão, PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha

**Relator:** Domingos Augusto Taufner

**Responsável:** DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO

Assinado por  
RODRIGO FLAVIO  
FREIRE FARIAS  
CHAMOUN  
22/03/2022 13:08

Assinado por  
ODILSON SOUZA  
BARBOSA JUNIOR  
22/03/2022 11:32

Assinado por  
LUIZ CARLOS  
CICILIO TI DA CUNHA  
22/03/2022 11:10

Assinado por  
RODRIGO COELHO DO  
CARMO  
22/03/2022 06:37

Assinado por  
SERGIO ABOUDIB  
FERREIRA PINTO  
21/03/2022 22:05

Assinado por  
SERGIO MANOEL NADER  
BORGES  
21/03/2022 21:20

Assinado por  
DOMINGOS AUGUSTO  
TAUFNER  
21/03/2022 19:19

Assinado por  
SEBASTIAO CARLOS  
RANNA DE MACEDO  
21/03/2022 19:14

ESPIRITO SANTO - DER-ES, ESPIRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA  
EDUCACAO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, PODER JUDICIARIO DO ESTADO  
DO ESPIRITO SANTO, MUNICIPIO DE ARACRUZ, MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE  
ITAPEMIRIM, MUNICIPIO DE ITAPEMIRIM, MUNICIPIO DE IUNA, MUNICIPIO DE PANCAS,  
MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA, MUNICIPIO DE VITORIA, MUNICIPIO DE  
CARIACICA

**FISCALIZAÇÃO – ACOMPANHAMENTO –  
LICITAÇÃO – EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO  
TÉCNICA – NECESSIDADE DE JUSTIFICATIVAS –  
RECOMENDAÇÕES.**

Nos procedimentos licitatórios relativos às obras públicas e serviços de engenharia, as justificativas para as exigências de qualificação técnica, devem estar consignadas nos autos, com o propósito de aumentar a transparência nas informações das escolhas da Administração para fomentar a competitividade das licitações, demonstrando os critérios efetivos para a seleção de empresas capacitadas a atender as suas necessidades e reduzir os questionamentos referentes às licitações.

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:**

Trata o presente processo de acompanhamento, que tem como objetivo acompanhar as licitações selecionadas conforme critérios de relevância, materialidade e risco e, em um cenário ideal, melhorar a qualidade dessas licitações, reduzindo a quantidade de representações que chegam a essa Corte de Contas, com vistas a atender o Acórdão 1167/2020-4 no que se refere a atuar preventivamente para redução de representações decorrentes vinculadas a licitações na área de engenharia.

Foram expedidos ofícios de requisição de documentos aos jurisdicionados, solicitando-se que fossem encaminhados documentos referentes aos editais, projetos básicos, planilhas orçamentárias e estudos de viabilidade, que demonstrassem haver as informações necessárias aos licitantes para a formulação de propostas.

O Núcleo de Controle Externo de Edificações elaborou o Relatório de Acompanhamento nº 00020/2021-1 entendendo ser adequado recomendar a alguns

dos órgãos jurisdicionados que dêem transparência às justificativas para as exigências de qualificação técnica, indicando os itens das planilhas orçamentárias considerados para a fixação dos quantitativos exigidos e a motivação para a relevância técnica dos itens de serviços indicados.

Com isso, opinaram por expedir **recomendação** a alguns dos órgãos/entidades jurisdicionados, partes desses autos, para que publiquem junto aos documentos das licitações as justificativas para as exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas e serviços de engenharia, indicando os itens das planilhas orçamentárias considerados para a fixação dos quantitativos exigidos e a motivação para a relevância técnica dos itens de serviços indicados, de forma a assegurar transparência ao processo de licitação, a competitividade do certame, a busca da proposta mais vantajosa, a seleção de licitantes capacitados e prevenir a interposição de impugnações administrativas e de representações a esse Tribunal.

Após, temos a Instrução Técnica Conclusiva nº 05660/2021-1 elaborada pelo NED opinando no sentido de recomendar aos órgãos/entidades jurisdicionados que publiquem junto aos documentos das licitações as justificativas para as exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas e serviços de engenharia, indicando os itens das planilhas orçamentárias considerados para a fixação dos quantitativos exigidos e a motivação para a relevância técnica dos itens de serviços indicados, de forma a assegurar transparência ao processo de licitação, a competitividade do certame, a busca da proposta mais vantajosa, a seleção de licitantes capacitados e prevenir a interposição de impugnações administrativas e de representações a esse Tribunal.

Ato contínuo, temos a manifestação do Ministério Público de Contas que elaborou o Parecer nº 00213/2022-5 da lavra do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva que encampou o entendimento técnico.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para: examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, quanto ao aspecto

contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, conforme o disposto no art. 192, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas.

O presente processo visa atender o Acórdão 1167/2020-4, que teve por objetivo analisar licitações selecionadas conforme critérios de relevância, materialidade e risco e, em um cenário ideal, melhorar a qualidade dessas licitações, prevenindo a ocorrência de representações que chegam a essa Corte de Contas.

Assim dispõe o Acórdão nº 1167/2020-4 do Processo TC 4288/2020:

- 1.1. DAR CIÊNCIA a esta Corte de Contas das conclusões desse levantamento;
- 1.2. DETERMINAR a implementação da metodologia de acompanhamento contínuo, através da análise dos dados provenientes do sistema e-tcees, a fim de identificar as unidades jurisdicionadas responsáveis pelo maior número de representações e os indícios de irregularidades mais recorrentes;
- 1.3. ARQUIVAR os autos.

A equipe técnica informou que ao analisar os resultados do Acompanhamento nos autos do Processo 04488/2020-5 verificou-se que a atuação concomitante junto aos editais de licitação pode reduzir a ocorrência de eventuais cláusulas restritivas, falhas procedimentais e documentais.

Foi observado assim um potencial prejuízo à competitividade dos certames por estabelecer exigências excessivamente restritivas, ou em sentido oposto, prejuízo à seleção dos licitantes mais capacitados para atender às necessidades dos órgãos, por se estabelecer exigências demasiadamente genéricas, referentes a obras ou serviços comuns na área de engenharia, insuficientes para aferir a aptidão do licitante de executar um objeto mais qualificado.

Através da análise do resultado do acompanhamento, foi constatado que em algumas licitações realizadas, não se tinha a definição dos critérios para se estabelecer as exigências de qualificação técnica dos licitantes em obras públicas e serviços de engenharia.

As exigências excessivamente restritivas, ou em sentido oposto, traz potencial prejuízo à seleção dos licitantes mais capacitados para atender às necessidades dos órgãos, por se estabelecer exigências demasiadamente genéricas, referentes a obras ou serviços comuns na área de engenharia, insuficientes para aferir a aptidão do licitante de executar um objeto mais qualificado.

É importante ressaltar a necessidade de que os jurisdicionados demonstrem nos autos dos processos de licitações as justificativas para as exigências de qualificação técnica, com o propósito de aumentar a transparência nas informações das escolhas da administração para fomentar a competitividade das licitações, demonstrando os critérios efetivos para a seleção de empresas capacitadas a atender as suas necessidades e reduzir os questionamentos referentes às licitações.

Acompanho assim o entendimento da equipe técnica e do Ministério Público de Contas e entendo que seja necessário recomendar a alguns dos jurisdicionados partes desses autos que publiquem junto aos documentos das licitações as justificativas para as exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas e serviços de engenharia, indicando os itens das planilhas orçamentárias considerados para a fixação dos quantitativos exigidos e a motivação para a relevância técnica dos itens de serviços indicados, de forma a assegurar transparência ao processo de licitação, a competitividade do certame, a busca da proposta mais vantajosa, a seleção de licitantes capacitados.

Ante todo o exposto, acompanhando o entendimento da Área técnica e do Ministério Público de Contas, VOTO para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**. DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

Relator

## **1. ACÓRDÃO TC-308/2022:**

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas, em:

**1.1. RECOMENDAR** ao Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo, a Prefeitura Municipal de Aracruz, Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Prefeitura Municipal de Cariacica, Prefeitura Municipal de Itapemirim, Prefeitura Municipal de Lúna, Prefeitura Municipal de Pancas, Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Saúde e ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

**1.1.1.** Que façam constar do autos dos processos de licitações as justificativas para as exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas e serviços de engenharia, indicando os itens das planilhas orçamentárias considerados para a fixação dos quantitativos exigidos e a motivação para a relevância técnica dos itens de serviços indicados, de forma a assegurar transparência ao processo de licitação, a competitividade do certame, a busca da proposta mais vantajosa, a seleção de licitantes capacitados e prevenir a interposição de impugnações administrativas e de representações a esse Tribunal

**1.2. ARQUIVAR** o presente processo de acordo com o art. 330, I do Regimento Interno desta Corte de Contas

**2.** Unânime.

**3.** Data da Sessão: 17/03/2022 – 11ª Sessão Ordinária do Plenário.

**4.** Especificação do quórum:

**4.1.** Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Domingos Augusto Taufner (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Sérgio Manoel Nader Borges, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

**Presidente**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**Relator**

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

**Secretário-geral das Sessões**